

- 5 JUL 1987

Renegociação, já

Depois da moratória unilateral junto aos bancos privados, a moratória suplementar junto aos credores oficiais. A exposição de motivos do ministro Bresser Pereira é de uma honestidade acadiana:

"Não temos reservas para dar e vender".

Técnicamente, estamos exauridos. Um desfecho esperado: desde 1982, o capital que entra é bem menor que a poupança que sai. Economia de investimento, sociedade ainda em construção, o Brasil não poderia resistir a um processo tão prolongado de sinais trocados: ao invés de receptor de poupança, virou supridor de capital. Uma iniquidade sem bandeira perpetrada por uma combinação corrosiva: crédito perverso e comércio injusto.

A hemorrhagia cambial, que não mais pode ser estancada pelo saldo comercial, coloca a economia em estado de anemia profunda. A recarga da "estagflação" do cruzado que o diga.

Na chutometria

Qual é o tamanho verdadeiro das reservas brasileiras para uso externo? Fernando Milliet, Bresser Pereira e José Sarney, pela ordem, não o sabem. E não por conta de um segredo de Estado, mas por obra e graça da nossa sagrada contabilidade frívola. Nosso conceito de reservas internacional é tão volátil quanto nosso cálculo de inflação oficial ou nosso critério do déficit público. Em cada fonte, um número diferente.

Outro dia, em São Paulo, dois economistas bem localizados sustentaram uma valente discussão sobre o conceito do déficit público. A polêmica descambou para o debate não menos feroz em torno do tamanho do PIB. Qual é o dólar da unidade de conta? Qual é o peso real da economia submersa, informal, não contabilizável?

O segredo maior

O auditório ficou mal servido: o déficit público vai de 4,8% a 7,5% do PIB. E o PIB vai de US\$ 258 bilhões a US\$ 286 bilhões. No miolo dessa chutometria totalizante, a desinformação da reserva brasileira — que deveria ser, de fato, um segredo de Estado.

Ronald Reagan não sabe qual é a reserva americana de moedas e metais. Nem o secretário do Tesouro. Só o presidente do Banco Central, que se chama, bem a caráter, reserva federal. Qual é a reserva francesa: se nem a formiga de

Gaulle ficou sabendo, imagine a cigarra Mitterrand.

O acordo furado

Com ou sem reserva internacional, o Brasil esperava do Clube de Paris o cumprimento ao pé da letra do penoso acordo de janeiro: o refinanciamento das amortizações do principal da dívida brasileira junto às instituições governamentais de crédito. Pelo acordo de janeiro, o Brasil faria uso dessa reciclagem para preservar a reserva.

Como o Clube de Paris não soltou o dinheiro, o Brasil tentou a prorrogação dos pagamentos em meados de junho, logo após a decretação do Plano Bresser. Nenhuma resposta. Então a ampliação da moratória tornou-se inevitável.

Só com fiador

Em São Paulo, semana passada, Henry Kissinger confidenciou a uma roda de jornalistas: o Clube de Paris sentiu-se "traído" pela moratória de 20 de fevereiro, um mês depois do acordo de 20 de janeiro. No acordo, o Clube não fechou questão sobre o reatamento do Brasil com o FMI. Depois de 20 de fevereiro, passou a condicionar o refinanciamento e a prorrogação dos débitos brasileiros a um sinal verde do FMI, que ainda é o único fiador político do sistema.

O acordo de janeiro joga para 1990 os pagamentos atrasados de 1985 e 1986, mais o primeiro semestre de 1987. Novos créditos cuidariam de financiar a retomada dos pagamentos neste segundo semestre.

E agora, José?

E agora, José: acelerar ou protelar a busca de uma solução negociada para a moratória externa? Há quem prefira aguardar os "bons resultados" do Novo Cruzado, em agosto ou setembro, para uma renegociação "fortalecida" em outubro (depois da assembleia anual do FMI). Mas há quem advirta para a pressa do próprio ajuste econômico externo, que não dispensa uma definição para o constrangimento cambial de fora para dentro.

O setor privado e o bloco de estatistas estão com projetos parados. A ração suplementar da poupança externa continua embargada. Na exportação, segundo Norberto Ingo Zadorosny, presidente da Associação de Exportadores Brasileiros, "não estamos conseguindo realizar vendas com financiamentos de médio e de longo prazos". E o *The Wall Street Journal* provoca:

"Quem não tem medo da moratória não deve ter medo da negociação".